

PL 1.221/2020

Autor: Alexandre Frota

Data da 30/03/2020

Apresentação:

Ementa: Altera a redação do artigo 64 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de

dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre a obrigação de tornozeleira eletrônica para pessoas condenadas

por estupro e estupro de vulnerável.

Forma de

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Apreciação:

Apense-se à(ao) PL-7087/2017.

Despacho:

Texto

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Regime de

Ordinária (Art. 151, III, RICD)

tramitação:

Em 19/10/2020

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados